



doi: 10.20396/rfe.v13i2.8660559

Escola pública hoje: desafios, debates e lutas

Victor Fiori Augusto¹

SARTÓRIO, L. A. V.; CALÇA, R. P.; SANTOS, R. R. (Orgs.). *Escola pública: duzentos anos de história – constituição e adversidades sob o jugo do capitalismo*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

(...) a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência.

Theodor W. Adorno (2006, p. 182)

Ricardo Vélez Rodrigues, Abraham Weintraub, Carlos Alberto Decotelli e Milton Ribeiro. Em 1 ano e 7 meses de governo Bolsonaro no Brasil, cinco homens já passaram pelo Ministério da Educação, tendo o penúltimo deles, Decotelli, ficado apenas 5 dias no cargo sem sequer ter tomado posse, o que se deveu sobretudo à notícia pública de que seu currículo continha declarações falsas². De passagem, lembremos que fenômenos estranhos como essa ‘dança das cadeiras’ na Educação não se restringem apenas a esse ministério, afinal, em meio à atual pandemia da COVID-19, cujos efeitos no Brasil têm sido devastadores, o país está sem titular no Ministério da Saúde desde o dia 15 de maio, tendo o último titular ficado no cargo por menos de um mês³.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP)

² Cf. *Ministro Decotelli cai por maquiar currículo e reforça pessimismo sobre o futuro da Educação*. Matéria de Breiller Pires publicada no dia 30 de junho de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-01/ministro-decatelli-cai-por-maquiar-curriculo-e-reforca-pessimismo-sobre-o-futuro-da-educacao-sob-bolsonaro.html>>. Acesso em: 19 de julho de 2020.

³ Na data de fechamento desta resenha, somando 2.074.860 casos confirmados do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e 79.488 vidas perdidas devido à COVID-19 (sendo necessário

Em julho de 2020, a julgar pela atuação dos ministros da Educação até agora, imperam o negacionismo, a intolerância, as *fake news*, a produção e gestão de crises, o sucateamento do público em benefício do privado e projetos de educação autoritária nas políticas educacionais do Brasil. Sobre esse último ponto, cabe observar que, em abril de 2016, o pastor Milton Ribeiro, atual ministro da educação brasileira, disse em uma de suas pregações que a correção dos filhos exige “severidade” e “dor”. Nas palavras do ministro,

A correção é necessária para a cura [?]. Não vai ser obtido [*sic*] por meios justos e métodos suaves. Talvez aí uma porcentagem muito pequena de criança precoce, superdotada, é que vai entender o seu argumento. Deve haver rigor, desculpe. Severidade. E vou dar um passo a mais, talvez algumas mães até fiquem com raiva de mim: deve sentir dor.⁴

No momento em que a ideia de ensino domiciliar ou *homeschooling* ganha força e é posta em prática em meio à pandemia, tais declarações, ditas no microfone e apoiadas por slides de *datashow*, assustam e preocupam. Conforme apontou Theodor Adorno, o “pretensão ideal” de severidade na educação e a educação pela dor promovem consciências coisificadas, pessoas frias e autoritárias que tratam a si mesmas e aos outros como coisas. Para Adorno (2006, p. 127),

Essa ideia educacional da severidade, em que irrefletidamente muitos podem até acreditar, é totalmente equivocada. A ideia de que a virilidade consiste num grau máximo da capacidade de suportar dor de há muito se converteu em fachada de um masoquismo que – como mostrou a psicologia – se identifica com muita facilidade

considerar que tais números podem ser ainda maiores por conta da subnotificação e da ausência de testes em massa), o Brasil completa 65 dias sem ministro titular da Saúde, tendo atualmente como interino o general Eduardo Pazuelo. Cf. <<https://www.saude.gov.br/galeria-de-ministros>>. Os dados sobre a pandemia são da universidade norte-americana Johns Hopkins. Cf. <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em: 19 de julho de 2020.

⁴ Essa fala do atual ministro pode ser vista no vídeo intitulado *Titular da educação fala em castigo de filhos e papel do pai*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mJvF6On2W2M>>. Acesso em: 19 de julho de 2020.

ao sadismo. O elogiado objetivo de “ser duro” de uma tal educação significa indiferença contra a dor em geral. No que, inclusive, nem se diferencia tanto a dor do outro e a dor de si próprio. Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vingando-se da dor cujas manifestações precisou ocultar e reprimir. Tanto é necessário tornar consciente esse mecanismo quanto se impõe a promoção de uma educação que não premia a dor e a capacidade de suportá-la, como acontecia antigamente.

Como suposto ideal de educação, a severidade age no sentido de produzir um caráter manipulador, que se distingue pela

(...) fúria organizativa, pela incapacidade total de levar a cabo experiências humanas diretas, por um certo tipo de ausência de emoções, por um realismo exagerado. A qualquer custo ele procura praticar uma pretensa, embora delirante, *realpolitik*. Nem por um segundo sequer ele imagina o mundo diferente do que ele é, possesso pela vontade de *doing things*, de fazer coisas, indiferente ao conteúdo de tais ações. (Adorno, 2006, p. 128)

Em meio ao cenário que se percebe no Brasil atualmente no campo educacional, parece essencial refletir sobre a educação pública e as políticas educacionais que a orientam, bem como sobre a escola pública e sua história, seu papel e as lutas que ela envolve. Foi já nesse contexto que veio a lume, em 2019, o livro *Escola pública: duzentos anos de história – constituição e adversidades sob o jugo do capitalismo*, organizado por Lúcia Aparecida Alves Sartório, Robson Pereira Calça e Rodison Roberto Santos.

A abertura do livro (2019, p. 7-9) se dá com o prefácio de Lucília Augusto Lino, que apresenta brevemente o escopo da publicação e enfatiza sua relevância frente aos ataques e aos desmontes em curso que ameaçam a escola pública. Ainda no início do livro (2019, p. 15-26), os organizadores, expondo de maneira sucinta a história da escola pública, explicitam também a grande importância da defesa de seu legado, importância esta que vai ganhando corpo e concretude ao longo das quase 300 páginas do livro que ora resenhamos.

O livro divide-se em duas partes: a primeira (p. 27-167), intitulada *Filosofia e a construção da escola pública*, é constituída por seis capítulos que investigam o pensamento de autores cujas reflexões colaboram para a compreensão da filosofia da educação e dos fundamentos filosóficos que servem ou podem servir de alicerce para a instituição escolar. Pensadores como os iluministas franceses Diderot e Condorcet, bem como os anticapitalistas Marx e Pistrak, são abordados de maneira crítica e aprofundada em análises que envolvem diferentes momentos históricos e diversas concepções de educação e de ensino público, encerrando essa primeira parte do livro um capítulo dedicado ao entendimento das discussões e disputas relacionadas à expansão da escola pública brasileira, desde os primeiros anos da República até os primórdios da ditadura civil-militar iniciada em 1964.

Além de enriquecer e ampliar o debate sobre a escola pública, a multiplicidade de autores e de perspectivas apresentados no livro ganha especial relevância no atual momento educacional brasileiro, tendo em vista as ameaças contra a liberdade de ensino e à educação em geral que projetos de lei como o da *Escola sem Partido* representam, não escapando à reflexão de Robson Pereira Calça (2019, p. 71-74), inspirada em Condorcet, a importância dessa pluralidade de visões, a fim de se evitar uma escola unilateral e de pensamento único tal como o mencionado projeto parece propor, ainda que no sentido contrário do que seu nome dá a entender.

Já a segunda parte do livro (p. 169-285), intitulada *A oferta do ensino sob o neoliberalismo e a defesa da escola pública*, traz cinco capítulos que discutem a educação no período mais recente da história, evidenciando os ataques privatistas sofridos pela educação pública na contemporaneidade – especialmente no Brasil – e expõem questionamentos e argumentos no sentido de defender os interesses públicos e sociais e a garantia de uma educação pública democrática como direito de todas as pessoas. Essa segunda parte contém análises que dizem respeito à educação infantil, à educação profissional, à formação de professores e à educação como direito universal, e abordam desde o contexto mais específico da Rede Municipal de Educação

de Belo Horizonte até o cenário internacional mais amplo, cujas influências se fazem sentir sobre as políticas educacionais brasileiras.

Nas palavras dos próprios organizadores do livro (2019, p. 26), as análises nele presentes “contribuem para uma densa reflexão sobre a escola pública, laica e gratuita”, envolvendo a sua publicação o desejo de “contribuir com a ampliação dessa discussão”. Sartório, Calça e Santos (2019, p. 26) observam ainda que

O destaque aos duzentos anos de escola pública como política de estado rememora o significado social da educação, os caminhos pelos quais a sua oferta foi sendo assegurada são pontos de apoio para se desvelar a guinada dada a esses princípios no período que sucedeu o pós-guerra, promovendo sucateamento do ensino público através de sucessivas reformas aplicadas às políticas educacionais desde a ditadura militar até atingir seu ápice com o processo de *globalização*.

Assim como a defesa da escola pública e de seu legado não pode prescindir da leitura crítica sobre seu funcionamento e sobre o papel que é atribuído a ela no seio de uma sociedade extremamente desigual e dividida em classes, também a própria crítica à escola pública não pode deixar de assinalar seus ganhos históricos no que diz respeito à garantia do direito à educação, sobretudo para as camadas mais pobres. Desta maneira, contribui-se para afastar análises simplistas, que podem levar tanto à defesa cega de certo modelo de escola pública – sem enxergar a necessidade de seu aperfeiçoamento e de sua democratização –, quanto à adesão a discursos e práticas neoliberais que enxergam no que é público apenas um entrave ou um instrumento para a satisfação de interesses privados e excludentes (cf. NETTO, 1994, p. 71).

Como ponto negativo, podemos apontar algumas questões sobretudo formais que dizem respeito à revisão dos textos, já que é possível perceber alguns erros de digitação e de formatação ao longo do livro. Trata-se, certamente, de questão de menor importância diante da relevância do conteúdo que nos é apresentado, mas que pareceu-nos digna de nota e que poderia ser facilmente sanada no caso de uma eventual reedição.

O contexto educacional do Brasil de hoje pode nos remeter a um caso narrado por Aníbal Ponce (1963, p. 179) em seu clássico *Educação e luta de classes*. Em 1842, identificando nas escolas focos de agitação e resistência, o tirano argentino Juan Manuel de Rosas nomeou como diretor do ensino primário o seu chefe de polícia. Diante deste fato, Ponce observou: “O Chefe da Polícia como Diretor do Ensino Primário! Vale a pena não nos esquecermos desse episódio...”.

Um pastor como ministro da Educação... O que dizer desse episódio hoje? Fiquemos com as palavras de Lúcia Sartório (2019, p. 278 e p. 282-283) no artigo que encerra o livro aqui resenhado, pois retratam de maneira nítida os atuais embates relativos à educação e à escola públicas, trazendo à luz a importância do debate para o qual contribui sobremaneira a publicação de *Escola pública: duzentos anos de história – constituição e adversidades sob o jugo do capitalismo*.

Claramente, os jovens oriundos das classes populares são os mais atingidos pelas políticas privatizantes emplacadas nos estados federados, com a redução paulatina de vagas nas escolas públicas que ofertam o Ensino Médio, situação que exige concentração de esforços para se reverter o processo. (...) Os homens de negócios, magnatas, detêm circunstancialmente o controle da situação, todavia, não em absoluto. Os movimentos em defesa da educação pública avançam dia a dia, para assegurar direitos inalienáveis do indivíduo de ter acesso a formação cultural e científica, bem como a efetivação da dignidade humana. Somente a organização das massas pode conter a voracidade das elites reacionárias, antidemocráticas, insensíveis; desumanizadas, ensandecidas.

Referências

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 4ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006, p. 117-138.

CALÇA, Robson Pereira. Condorcet: instrução pública para a liberdade. In: SARTÓRIO, L. A. V.; CALÇA, R. P.; SANTOS, R. R. (Orgs.). *Escola pública: duzentos anos de história – constituição e adversidades sob o jugo do capitalismo*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019, p. 65-77.

NETTO, José Paulo. “Crise global contemporânea e barbárie”. *Intervenção social*. Lisboa, n. 9, 1994, p. 63-79.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Editora Fulgor, 1963.

SARTÓRIO, Lúcia A. V.; CALÇA, Robson P.; SANTOS, Rodison R. (Orgs.). *Escola pública: duzentos anos de história – constituição e adversidades sob o jugo do capitalismo*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

SARTÓRIO, Lúcia A. V. Políticas educacionais no processo de internacionalização da economia. In: SARTÓRIO, L. A. V.; CALÇA, R. P.; SANTOS, R. R. (Orgs.). *Escola pública: duzentos anos de história – constituição e adversidades sob o jugo do capitalismo*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019, p. 259-285.

Submetido em: 21/07/2020

Aceito em: 19/09/2021

Publicado em: 11/10/2021